



PREFEITURA DE
**SÃO JOSÉ
DE UBÁ**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

ÓRGÃO/ENTIDADE CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE UBÁ/RJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, TRABALHO E RENDA

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL (EMPREITADA GLOBAL), PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 20 (VINTE) UNIDADES HABITACIONAIS, SENDO TODAS DO TIPO SOBRADO E ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, COM 74,29 M² DE ÁREA CONSTRUÍDA (UNIDADE TÉRREA) E 79,98 M² DE ÁREA CONSTRUÍDA (1º PAVIMENTO). A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SERÁ EM UM TERRENO DE 4.028,82 M², LOCALIZADO NA RUA IGNÊS BATISTA BOTELHO – LOTEAMENTO LUÍZA, SÃO JOSÉ DE UBÁ/RJ, RELATIVO AO **TERMO DE COMPROMISSO Nº 993314/2025 - Operação 1104223-30**, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE UBÁ/RJ E O MINISTÉRIO DAS CIDADES, COM INTERVENIÊNCIA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.368.386,06 (Três milhões, trezentos e sessenta e oito mil, trezentos e oitenta e seis reais e seis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 30 (Trinta) de junho às 10 (dez) horas (horário de Brasília)
Plataforma de Pregões Eletrônicos Licitanet: <https://www.licitanet.com.br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço Global

MODO DE DISPUTA:

Aberto



1.0. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada por preço global (empreitada global), para execução de obra de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais, sendo todas do tipo sobrado e estrutura em concreto armado, com 74,29 m² de área construída (unidade térrea) e 79,98 m² de área construída (1º pavimento). A execução dos serviços será em um terreno de 4.028,82 m², localizado na Rua Ignês Batista Botelho – Loteamento Luíza, São José de Ubá/RJ, relativo ao **Termo de Compromisso nº 993314/2025- Operação 1104223-30**, celebrado entre o município de São José de Ubá/RJ e o Ministério das Cidades, com interveniência da Caixa Econômica Federal.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 30 (trinta) de junho de 2026.

HORÁRIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10 (dez) horas - horário de Brasília.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

ENDEREÇO: As propostas e documentações de habilitação serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: <https://www.licitanet.com.br>

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE UBÁ/RJ, como sede na Rua Hemengardo Ramos Vieira, Nº.125 – Centro - São José de Ubá – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.614.414/0001-73, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho, Gestão e Renda, torna público que realizará em sessão pública, licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** que será regido pela Lei nº 14.133, de 01/04/2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e suas alterações, pela legislação complementar e em conformidade com os termos e condições do presente **EDITAL**, com as seguintes características:

Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos:

<https://www.saojosedeuaba.rj.gov.br> - <https://www.licitanet.com.br>

a) Modalidade: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

b) Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

c) Regime De Execução: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

d) Prazo de Execução: 12 (doze) meses

e) Modo de Disputa: Aberto

f) Valor: R\$ 3.368.386,06 (Três milhões, trezentos e sessenta e oito mil, trezentos e oitenta e seis reais e seis centavos)

JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DE PLATAFORMA DE PREGÃO PARTICULAR

Tendo em vista a existência de plataformas para pregões eletrônicos disponibilizadas sem custos, como os sistemas criados e mantidos por órgãos públicos, tal qual o Compras.gov do Ministério da Economia, a opção pela utilização da plataforma LICITANET deve-se ao fato de não haver cobrança direta à administração pelo serviço de plataforma para a realização de pregões eletrônicos, além de treinamento e disponibilização de suporte em tempo real para auxílio na utilização do mesmo, tanto para o pregoeiro quanto para os licitantes, além de cumprir os requisitos exigidos em lei, como integração à plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias do Governo Federal, integração com o Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, possui opção de custo para participação em um único certame licitatório, ou em planos para 30, 90, 180 ou 365 dias, com preços justos e acessíveis. Aliado aos fatores informados conta com melhorias e atualizações contínuas além de integração com o sistema de gestão público utilizado pelo município, o que agiliza todo o processo uma vez que é possível importar e exportar os dados e resultados da licitação.

2.0. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. A Concorrência Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação), em todas as suas fases.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos por **Agente de Contratação**, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a Plataforma de Licitações Licitanet. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação da Concorrência Eletrônica deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações Licitanet (www.licitanet.com.br).

2.3. O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações posteriores, atendendo o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte para efeito do desempate quando verificado ao final da disputa de preços.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE: Constituição Federal de 1988, Lei Complementar nº123/2006, Lei Complementar nº128/2008, Lei Federal nº14.133/2021 e alterações posteriores introduzidas no



referido diploma legal, as normas legais e regulamentares aplicáveis, as cláusulas e condições deste ato convocatório e respectivos anexos, que as licitantes interessadas declaram conhecer e as quais aderem incondicional e irrestritamente.

3.0. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

3.2. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, para o e-mail: administracao@saojosedeuja.rj.gov.br ou para site: <https://www.licitanet.com.br/>.

3.3. Caberá ao Agente de Contratações, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

3.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratações, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: administracao@saojosedeuja.rj.gov.br ou para site: <https://www.licitanet.com.br/>.

3.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.7. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

4.0. OBJETO, REGIME DE EXECUÇÃO, LEGISLAÇÃO, VALOR REFERENCIAL E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. Constitui objeto da presente licitação: Contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada por preço global (empreitada global), para execução de obra de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais, sendo todas do tipo sobrado e estrutura em concreto armado, com 74,29 m² de área construída (unidade térrea) e 79,98 m² de área construída (1º pavimento). A execução dos serviços será em um terreno de 4.028,82 m², localizado na Rua Ignês Batista Botelho – Loteamento Luíza, São José de Ubá/RJ, Relativo ao **Termo de Compromisso nº 993314/2025– Operação 1104223-30**, celebrado entre o município de São José de Ubá/RJ e o Ministério das Cidades, com



interveniência da Caixa Econômica Federal, com estrita observância de todas as exigências, prazos, normas técnicas, especificações e condições gerais e especiais contidas neste ato convocatório e nos seus anexos que são partes integrantes e inseparáveis do edital, independente de transcrição.

4.2. Regime de execução. Fica estabelecida a forma de execução sob o regime de empreitada por preço global.

4.3. Legislação. A presente Licitação será regida pela Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.4. Valor referencial. O valor total estimado para a execução do objeto desse certame é de **R\$ 3.368.386,06** (Três milhões, trezentos e sessenta e oito mil, trezentos e oitenta e seis reais e seis centavos).

4.5. A despesa decorrente desta licitação correrá a conta do orçamento do exercício de 2026 e já está compromissada por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Renda

II) Fonte de Recursos: 700 – Transferência de Convênios

III) Fichas: 691

IV) Programa de Trabalho: 02.16.00.16.482.0007.1032.1032

V) Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00

VALOR: R\$ 2.772.000,00

CONTRAPARTIDA

I) Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Renda

II) Fonte de Recursos: 500 - Impostos

III) Fichas: 471

III) Programa de Trabalho: 02.16.00.16.482.0007.1032.1032

IV) Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00

VALOR: R\$ 596.386,06



5.0. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

5.1. Poderão participar do certame as interessadas cuja finalidade social abranja o objeto da licitação **e que atenderem às exigências contidas no edital e seus anexos, além das disposições legais** e que estejam **com o credenciamento regular** no sistema Licitanet.

5.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do **certame** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema **Licitanet**.

5.1.2. As empresas não credenciadas no sistema Licitanet, que tiverem interesse em participar da licitação, deverão providenciar o seu cadastramento e habilitação de acordo com as orientações que seguem no link <https://www.licitanet.com.br/fornecedor>.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5. Conforme instituído pela Lei Complementar 123/2006, as empresas Declaradas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte ou equiparadas, por aplicação do disposto no art. 4º, §1º, II (se licitação não passar do valor do limite de ME deverá ser observado os contratos já contraídos pela empresa e sua soma junto ao valor da licitação não poderão ultrapassar o valor limite art. 4º, §2º tem pedir declaração dos contratos vigentes da empresa), poderão não gozar dos benefícios constantes na Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.



5.6. Como requisito para participação na licitação, o licitante deverá registrar, em campo próprio do sistema eletrônico, correlatamente as seguintes situações:

5.6.1. Declarar, caso esteja enquadrada na **condição de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) e equiparada, que ostenta os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº123/2006**, pra fazer jus aos benefícios previstos no respectivo diploma legal.

5.6.2. Declarar que **cumpe plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital e do contrato;**

5.6.3. Manifestar que **inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;**

5.6.4. Declarar que **não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.**

5.6.5. Manifestar que **firmou a declaração de elaboração independente de proposta;**

5.6.6. Declarar que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos **incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.**

5.7. Não será admitida a participar da licitação a empresa:

5.7.1. **Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);**

5.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista



PREFEITURA DE
**SÃO JOSÉ
DE UBÁ**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação (inclusive observando o contido no art. 14, III da Lei Federal 14.133/21), em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

5.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.11. Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;



5.7.11.1. Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente.

5.8. Será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, obedecidas as seguintes regras;

5.8.1 As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante o Município de São José de Ubá, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida no subitem 5.8.4. Por meio do referido instrumento, a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

5.8.2. Apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico-financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico-financeira;

5.8.3. As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

5.8.4. As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

5.8.5 O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.

5.9. O impedimento de que trata o item 5.7.7 será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.7.2 e 5.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.10.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



5.10.2. O disposto nos itens 5.7.2 e 5.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da CONTRATADA a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.10.3. A vedação de que trata o item 5.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.11. A participação na licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

6.0. DA VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA

6.1. A(s) empresa(s) licitante(s) interessada(s) em participar do presente certame licitatório, poderá(ão) enviar profissional, através de apresentação de carta de credenciamento e/ou procuração, para comparecer ao **Departamento de Engenharia**, situada à Rua Hermengardo Ramos Vieira, nº 125 – Centro – São José de Ubá/RJ / RJ para proceder Vistoria Técnica Facultativa até 01 (um) dia anterior à data de abertura, de acordo com prévio agendamento. O agendamento poderá ser solicitado pelo telefone (22) 3866-1730 ou pelo e-mail: convenios@saojosedeuja.rj.gov.br

6.2. A Vistoria Técnica será acompanhada pelo engenheiro do Município, o qual expedirá o Atestado de Vistoria Técnica, em 02 (duas) vias.

6.3. Uma via do Atestado de Vistoria Técnica será entregue ao representante da empresa licitante e outra via será juntada aos autos do processo licitatório.

6.4. Em hipótese alguma haverá Vistoria Técnica após a data limite, conforme item.

6.5. A Vistoria Técnica prévia tem por finalidade obter, para a utilização e exclusiva responsabilidade da(s) empresa(s) licitante(s), toda(s) a(s) informação(ões) necessária(s) à elaboração da proposta, tais como: as condições locais, quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários



à execução, formas e condições de suprimentos, meios de acesso ao local, entre outros. Todos os custos associados à vistoria serão de inteira responsabilidade da empresa licitante.

6.6. Não será admitida posterior modificação nos preços, prazos ou condições da proposta, sob alegação de insuficiência de dados e/ou informações sobre o objeto ou condições do local.

6.7. A(s) empresa(s) licitante(s) deverá(ão) ter pleno conhecimento do Edital, das condições gerais e particulares do objeto da Licitação e do local onde serão executados os serviços, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do Contrato.

6.8. Caso a licitante decida pela **não realização da citada visita**, deverá apresentar declaração subscrita pelo seu sócio administrador afirmando que as informações constantes no presente edital, foram suficientes para a elaboração de sua proposta comercial e isentando a Prefeitura Municipal de São José de Ubá/RJ, de quaisquer problemas durante a execução da obra por falta de conhecimento do local onde ela será executada, conforme o modelo constante do ANEXO XI do Edital.

7.0. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

7.1. A CONTRATADA deverá executar a obra em conformidade com as especificações contidas neste Edital e seus anexos, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo, abrangendo todos os seus detalhes construtivos constantes do Projeto.

7.2. O Engenheiro do Município recusará a obra se não estiver de acordo com as especificações contidas neste Edital e seus anexos, respondendo a CONTRATADA, integralmente, pelo custo de eventuais adequações e, se necessário, o refazimento dos serviços.

7.3. A CONTRATADA é responsável pela qualidade final do objeto.

7.4. A CONTRATADA deverá estar qualificada no pleno gozo de suas atribuições profissionais, devendo a obra ser acompanhada de suas respectivas ARTs - Anotação de Responsabilidade Técnica, junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, dos Responsáveis Técnicos.



8.0. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. O ter a vigência de 12 (doze) meses, a contar da Ordem de início de serviço, admitida a prorrogação nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.

8.2. A CONTRATADA deverá iniciar a execução da obra no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço/Ordem de Início, efetuada pela Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Renda, cuja emissão ficará condicionada à comprovação de mobilização mínima (preposto, responsável técnico, instalação de canteiro e apresentação das ART/RRT pertinentes). O prazo de execução e o cronograma físico-financeiro fluirão a partir da emissão da Ordem de Serviço/Ordem de Início, observado o cronograma físico-financeiro aprovado e as condicionantes do **Termo de Compromisso nº 993314/2025 – Operação 1104223-30**.

9.0. DOS ANEXOS DO EDITAL

9.1 Seguem anexos ao presente Edital como parte integrante do mesmo:

ANEXO I – Memorial Descritivo / Projeto Básico;

ANEXO II – Projetos;

ANEXO III – Planilha Orçamentária / Memória De Cálculo;

ANEXO IV – Cronograma Físico Financeiro/Composição do BDI;

ANEXO V – Declaração De Microempresa Ou Empresa De Pequeno Porte;

ANEXO VI – Declaração De Pleno Cumprimento Dos Requisitos De Habilitação;

ANEXO VII – Modelo De Declaração Conjunta;

ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Responsável para Assinatura do Contrato

ANEXO IX – Declaração Subempreitada;

ANEXO X - Certificado De Realização De Visita Técnica;

ANEXO XI - Declaração De Opção Por Não Realizar A Vistoria Técnica;

ANEXO XII – Declaração que a empresa não emprega servidor público;

ANEXO XIII – Termo de Referência/Estudo Técnico Preliminar

ANEXO XIV - Modelo De Proposta;

ANEXO XV - Minuta Do Contrato.



10. DA PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

10.1. A participação na Concorrência Eletrônica dar-se-á pelo acesso no endereço eletrônico www.licitanet.com.br observada a data e horário limite estabelecidos no caput deste Edital.

10.1.1. O acesso ao sistema e encaminhamento da proposta e documentos deve ser feitos pelos licitantes na página inicial www.licitanet.com.br.

10.2. Na data e hora estabelecidas neste edital, a sessão pública da Concorrência Eletrônica será iniciada, com a abertura e divulgação das Propostas Comerciais, sendo avaliada a aceitabilidade das mesmas, mantido o sigilo estabelecido pelo sistema.

10.3. Realizado o acesso à sessão da Concorrência Eletrônica, no dia e hora definidos para a realização da sessão, o sistema apresentará a relação dos licitantes.

10.4. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da etapa de lances, exclusivamente pelo meio eletrônico, observado o horário de duração e as regras estabelecidas neste edital, vedada a identificação do titular do lance.

10.4.1. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Agente de Contratação** e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.4.2. Alegações posteriores não serão aceitas, caso o licitante não efetue lances.

10.5. A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado pelo sistema sobre seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.5.1. Nesta Concorrência o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no art. 56 da Lei 14.133/21.

10.5.2. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, **no mínimo, R\$ 100,00 (cem reais)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

10.5.3. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **quinze segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

10.6. O licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer outro válido para o item ou lote.

10.7. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.8. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.9. Permanecerá válida a proposta comercial encaminhada pelo sistema na hipótese de o licitante



não encaminhar lances, sendo considerada para a classificação final.

10.10. Se os licitantes não ofertarem lances será verificada a conformidade da proposta de menor preço em relação ao valor estimado da contratação.

10.11. Problemas na operação do sistema deverão ser comunicados pelos licitantes, imediatamente.

10.12. Havendo desconexão no decorrer da etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances. O **Agente de Contratação**, quando possível, continuará a gerenciar a sessão, sem prejuízo dos atos realizados.

10.13. Se a desconexão do **Agente de Contratação** durante a etapa de lances persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será automaticamente suspensa, sendo reiniciada apenas após comunicação expressa aos participantes, informando data e horário para continuação da disputa.

10.14. Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06.

10.15. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

10.15.1. A ME ou a EPP mais bem classificada será convocada, para no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

10.15.2. Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.

10.15.3. Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer o seu direito de preferência, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 10.13, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.

10.15.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, o sistema realizará sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar novo lance.

10.15.5. Não havendo ME ou EPP, em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação da etapa de lances.

10.15.6. Será classificado em primeiro lugar o licitante que, ao final da etapa de lances, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ofertar o menor preço.

10.15.7. Caso persista o empate entre licitantes que não atenda as hipóteses acima, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.16. Encerrada a etapa competitiva, o **Agente de Contratação** poderá negociar, via “chat”,



diretamente com o licitante que tiver apresentado o lance de menor preço, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação.

10.17. Os licitantes, a qualquer momento, depois de finalizada a disputa do item ou lote, poderão registrar seus questionamentos via Sistema, por meio do “chat”. Todas as mensagens constarão do histórico da “Ata de Sessão da Concorrência”.

10.18. Os questionamentos formulados pelos licitantes serão respondidos pelo **Agente de Contratação** no que lhe couber. As demais informações serão encaminhadas para a Secretaria Competente.

10.19. Quando necessário, o **Agente de Contratação** poderá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seus preços por meio de documentos.

10.19.1. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, conforme artigo 56 da Lei Federal nº14.133/2021.

Art. 56. O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

(...)

§ 5º Nas licitações de obras ou serviços de engenharia, após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

10.20. A Proposta de preços, demais documentos solicitados e a documentação de habilitação, prevista neste edital deverão ser anexadas em campo próprio do sistema POR TODOS OS LICITANTES até o dia e horário definido no “quadro resumo” deste edital e sendo aceitável a oferta de menor preço, será analisada SOMENTE a DOCUMENTAÇÃO do licitante CLASSIFICADO EM PRIMEIRO LUGAR.

- Caso a empresa não faça a inserção dos documentos em campo próprio do sistema implicará na desclassificação ou inabilitação da empresa.
- Se julgar necessário o **Agente de Contratação** poderá solicitar que tais documentos sejam



encaminhados também **no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, após encerrada a sessão da Concorrência, para o e-mail: **administracao@saojosedeuba.rj.gov.br**.

10.21. Impugnado algum documento pelos demais licitantes, o detentor do menor preço deverá produzir prova de sua exatidão, em prazo a ser definido pelo **Agente de Contratação** para cumprimento da diligência.

10.21.1. Os documentos originais poderão ser solicitados, por determinação do **Agente de Contratação**, quando julgar necessário, para apresentação **no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, com vistas à confirmação da autenticidade.

10.22.2. Os prazos acima poderão ser prorrogados, a pedido do licitante, com justificativa aceita pela Autoridade competente, desde que apresentado requerimento no prazo inicialmente concedido.

10.23. Após a disputa de preços e habilitação dos fornecedores, o **Agente de Contratação** dará oportunidade para manifestação de intenção de interpor recurso estabelecendo prazo de no máximo 15(quinze) minutos. para envio, via sistema da manifestação em recorrer (A apresentação do recurso deverá ser de ocorrer deste edital).

10.23.1. O licitante, cuja proposta comercial tenha sido desclassificada antes da etapa de lances, interessado em recorrer, também deverá manifestar a sua intenção de interpor recurso.

10.24. Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes.

10.25. O **Agente de Contratação** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE UBÁ/RJ** ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

10.26. Se a proposta de preços não for aceitável, o **Agente de Contratação** examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.27. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o **Agente de Contratação** verificará a habilitação do licitante, observado o disposto no edital.

11.0. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. No dia, hora e endereço eletrônico mencionado no preâmbulo do edital para o início da sessão de julgamento na internet, o **Agente de Contratação** declarará aberta a sessão para o processamento da licitação, iniciando-se os trabalhos com a divulgação das propostas de preços eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

11.2. A comunicação entre o **Agente de Contratação** e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema ("chat").



12.0. DO CREDENCIAMENTO

12.1. Para participar do Pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema **“CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA”** através do site <https://www.licitanet.com.br/>.

12.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

12.3. O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a Concorrência Eletrônica.

12.4. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE UBÁ/RJ**, promotor da licitação, responsabilidade em eventuais danos decorrente uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

12.5. É de responsabilidade da empresa cadastrada conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma Licitanet, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.5.1. A inobservância do disposto no item **12.4.** poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

13.0. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. O licitante **deverá** encaminhar exclusivamente por meio do sistema eletrônico www.licitanet.com.br, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a etapa de recebimento/envio da documentação abaixo relacionada:

13.1.1. Proposta de preços, devidamente acompanhada da **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO e QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO BDI**, conforme modelo constante nos **ANEXOS**;

13.1.2. Na licitação referente a este edital, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

13.1.2.1. A habilitação do licitante melhor classificado somente será disponibilizada para avaliação do **Agente de Contratação** e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

13.2. O encaminhamento da proposta de preço e os documentos de habilitação exigidos neste edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.



13.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

13.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo, e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

13.4. Até a abertura da sessão pública, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta de preço anteriormente encaminhada e inserida no sistema.

13.5. O microempreendedor individual - MEI, microempresa – ME ou empresa de pequeno porte - EPP **deverá** encaminhar os documentos de regularidade fiscal e trabalhista, **mesmo que apresentem alguma restrição**, nos termos do **artigo 43, §1º da Lei Complementar nº123/2006**.

13.6. Os valores ofertados são de responsabilidade exclusiva do licitante, assumindo como firme e verdadeira a sua proposta de preço e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.7. A proposta de preço encaminhada no sistema eletrônico deverá obedecer às especificações contidas no edital e seus anexos e ser apresentada sem emendas, rasuras, borrões e entrelinhas, nos moldes do modelo constante dos **ANEXOS**, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, devendo **ser datada e assinada** pelo representante legal ou credenciado da proponente, **em todas as páginas**, observando-se ainda as seguintes regras:

13.7.1. Especificação do objeto devidamente discriminado conforme os **ANEXOS** do edital;

13.7.2. Cotação em moeda nacional (Real) em algarismo, com duas casas decimais após a vírgula (**ex: 0,00**), sendo as frações remanescentes desprezadas, indicando o **preço unitário e total**, de cada item;

9.7.3. Declaração de que a empresa se propõe a executar o objeto do edital, conforme discriminado no **PROJETO BÁSICO**, pelos preços e condições assinalados na proposta, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente;

13.7.4. Declaração de que o conteúdo da proposta de preço, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outra empresa do ramo;

13.7.5. Declaração, sob as penas da lei, que os preços/valores indicados na proposta de preço condizem com os praticados no mercado para a execução do objeto, na forma apresentada;

13.7.6. Prazo da validade da proposta de **90 (noventa) dias**, contados da data da sessão pública da licitação;

13.7.7. Declaração de aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE;



13.7.8. Declaração que o preço ofertado inclui todas as despesas incidentes, mão de obra, ônus e custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer seguros, impostos, taxas, tributos, encargos sociais, administração, contribuições e obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal, previdenciária e comercial, contribuições para fiscais, transporte, garantia, bem como as relativas à legislação civil e demais despesas indispensáveis à perfeita execução do objeto.

13.8. O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE UBÁ – RJ** poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade da proposta de preço.

13.9. Não será estabelecida nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas de preços apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento.

12.0. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇO

12.1. O critério de julgamento será o de menor preço, representado pelo menor preço global, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

12.2. Será desclassificada a proposta comercial que:

12.2.1. não se refira à integralidade do objeto;

12.2.2. não atenda às exigências estabelecidas neste edital ou em diligência;

12.2.3. apresentar proposta final com preço superior ao preço máximo estipulado no edital;

12.2.4. que identifique o licitante.

12.3. Apresente preço simbólico, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou, ainda, manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 59, §4 da Lei nº 14.133/21.

12.4. Na análise das propostas não será considerada qualquer oferta de vantagem.

12.5. Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados nos itens componentes da planilha de preços poderão ser solicitados sua correção desde que não afete o menor preço apresentado entre eles;

12.6. O **Agente de Contratação** poderá suspender a sessão para que o autor do projeto e/ou alguém por ele indicado, possa visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta (acompanhada da planilha e os demais anexos) ofertada que se encontra inserida no campo do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e demais documentos, podendo DESCLASSIFICAR mediante parecer fundamentado do autor do projeto, aquelas que não estejam em conformidade, que forem



omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

12.6.1. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível (art. 59, §4º, Lei 14.133/2021), o **Agente de Contratação** obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então a DESCLASSIFICARÁ, assegurado o direito da licitante de comprovar a exequibilidade de sua proposta.

12.6.2. Quando ultrapassar o previsto no §4 do artigo 59 da Lei 14.133/21, o licitante ficará obrigado a apresentar comprovação de exequibilidade no prazo de 02 (dois) dias sob pena de desclassificação de proposta;

12.7. O licitante poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo, portanto, apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

12.8. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática das microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

12.8.1. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a proposta mais bem classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

12.8.2. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

12.8.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

12.9. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.10. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

12.11. O disposto no item 12.8 somente se aplicará quando o menor preço global não tiver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte;

12.12. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

12.13. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do



primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o **Agente de Contratação** deverá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

12.13.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

12.14. Neste momento será oportunizado via “chat” juntamente com a negociação a oportunidade de o fornecedor realizar solicitação fundamentada de desistência do lance ofertado.

12.14.1. Passado a fase acima exposta, decairá do direito o licitante que o fizer em qualquer outro meio que não seja o oportunizado (via chat).

13.0. DA DISPUTA

13.1. Nesta Concorrência o modo de disputa adotado é o **ABERTO**, com julgamento sobre **O MENOR PREÇO GLOBAL**.

14.0. DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

14.1. Após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta melhor classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

14.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto desta Concorrência;

14.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

14.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico,



definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

14.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

15.0. DO EMPATE

15.1. Se o Agente de Contratações observar que há licitantes em situação de empate que enviaram seus lances em horários exatamente iguais, adotará os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

15.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

15.2. Ao final da etapa competitiva, serão aplicados, caso necessário, os critérios de desempate previstos na Lei nº 14.133/2021

15.3. Permanecendo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

16.0. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

16.1. Encerrada a etapa de lances, o **Agente de Contratação** convocará o licitante detentor da melhor oferta, para que anexe no sistema **Licitanet**, a **proposta de preços readequada**, em conformidade com o último lance ofertado.

16.1.1. O **Agente de Contratação** utilizará a ferramenta de convocação de anexos, devendo o licitante anexar o documento utilizando o campo próprio do sistema, disponível apenas para o licitante vencedor.

16.1.2. Encerrada a etapa de negociação, o Agente examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

16.1.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

16.1.4. A inexequibilidade, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



16.2 O Agente convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado **no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação, contendo os seguintes dados:

- a) Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);
- b) O preço unitário e total para cada item cotado, especificados no Memorial Descritivo (Anexo I deste Edital), bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas, BDI e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
- c) A descrição do item cotado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Memorial Descritivo, Anexo I deste Edital;
- d) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;
- e) Planilha Orçamentária;
- f) Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.

16.3. O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Agente de Contratações, desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.

16.4. O não envio da proposta ajustada por meio eletrônico com todos os requisitos elencados no subitem 16.2, ou descumprimento das diligências determinadas pelo Agente de Contratações acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

16.5. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do serviço ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

16.6. Serão desclassificadas as propostas que contenham preços excessivos, assim entendidos quando apresentarem valores globais ou unitários acima do valor definido para o respectivo objeto no Termo de Referência.

16.7. A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o Agente de Contratações, após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ao preço máximo fixado.

16.8. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão realizadas diligências para comprovação da executabilidade.

16.9. O Agente de Contratações poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Edital, salvo a juntada de documentos, para atender a exigência deste edital, findo o prazo estabelecido no item 16.2.



16.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratações examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

16.11. Havendo necessidade, o Agente suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

17.0. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

17.1. As propostas oferecidas serão tidas como válidas por **90 (noventa) dias**, contados da data de envio para plataforma, prazo no qual a empresa proponente se comprometerá a mantê-la, em sua integralidade, fato este aceito pela simples participação no certame.

18.0. DA HABILITAÇÃO

18.1. A licitante vencedora deverá anexar no sistema a seguinte documentação de Habilitação:

18.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA (artigo 66 da lei federal nº 14.133/2021):

18.1.1.1 Qualquer documento que comprove sua existência jurídica, conforme artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021, como, por exemplo:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (o consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

18.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (artigo 68 da lei federal nº 14.133/2021)

18.1.2.1. a inscrição no **Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)** ou no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)**;



PREFEITURA DE
**SÃO JOSÉ
DE UBÁ**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



18.1.2.2. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual e Municipal**, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

18.1.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da **Receita Federal do Brasil (RFB)** e pela **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à **Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

18.1.2.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de ICMS em conjunto com a Certidão emitida pela Dívida ativa) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

18.1.2.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei. Os licitantes que não possuam qualquer inscrição no Município de deverão apresentar a Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débitos Municipais (ou certidões similares) expedidas pelo Município de sua sede;

18.1.2.6. Certificado de Regularidade de Situação com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

18.1.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943. (Inciso incluído pela Lei nº 12.440/2011);

Todos os documentos neste tópico mencionados deverão ser apresentados na forma prevista na Lei 14.133/2021, essencialmente em seu artigo 68, ou naquelas legislações por ela referenciadas.



18.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 67 da Lei 14.133/2021)

18.1.3.1. **Capacidade técnico-profissional**, comprovada por meio da apresentação de Certidões de Acervo Técnico – CAT emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou CAU, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que comprovem a execução de objeto semelhante ao objeto desta licitação.

18.1.3.2. **Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU**, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou no CAU do Estado do Rio de Janeiro, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato; e

18.1.3.3. **Apresentação de Atestados de Capacidade Técnica**, em nome da empresa licitante, relativa à execução dos serviços similares ao objeto licitado, que comprovem a prévia execução de obras de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, especificando necessariamente o tipo de obra, as indicações da área em metros quadrados, os serviços realizados e o prazo de execução.

18.1.3.4. **Comprovação de vínculo para efeitos de capacidade técnico profissional**. A comprovação do vínculo profissional pode se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços. No caso de sócio(s), deverá o licitante apresentar cópia do contrato social atualizado.

18.1.3.5. A licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico Operacional que comprove a aptidão técnica para execução do objeto desta contratação. A referida certidão deverá contemplar 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens de serviços cujos valores sejam superiores a 4% (quatro por cento) do valor do orçamento básico conforme quantidades e serviços abaixo descritos:

- execução de 3.019,69 m² de alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal de 9x19x39 cm (espessura 9 cm) e argamassa de assentamento com preparo em betoneira;



- execução de 1.124,25 m² de estrutura para cobertura executada com trama de madeira composta por ripas, caibros e terças para telhados de até 2 águas para telha de encaixe de cerâmica ou de concreto, (incluso transporte);
- execução de 2.125,62 kg de armação de laje de estrutura convencional de concreto armado utilizando aço ca-60 de 5,0 mm (fabricação e montagem).
- execução de 1.415,70 kg de armação de laje de estrutura convencional de concreto armado utilizando aço ca-50 de 10,0 mm - (fabricação e montagem).

18.1.3.5 Declaração de que disporá, na data da contratação, de equipe técnica especializada e disponível, bem como as máquinas e/ou equipamentos necessários à execução do objeto licitado.

18.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 69, DA LEI Nº 14.133/21)

18.1.4.1. Certidões Negativas dos Cartórios de Registro de Falências e Concordatas do local da sede do proponente, expedida há menos de 90 (noventa) dias da data designada para sessão, exceto quando dela constar o prazo de validade.

18.1.4.2. A licitante deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas

a) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.

b) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

18.1.4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS já exigíveis que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;



- a) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- b) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- c) as sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações contábeis publicadas, de acordo com a legislação pertinente.

18.1.4.3. No caso de escrituração contábil digital do balanço (sistema sped), deverá ser apresentado o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, acompanhado do(s) termo(s) de abertura e encerramento do exercício e respectivos Termo(s) de Autenticação do livro digital do exercício.

18.1.4.4. Apresentação de Índice de Liquidez do último exercício social já exigível que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, demonstrando os seguintes índices:

Índice de Liquidez Geral (LG)

$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável em Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo}} \geq 1,0$

Índice de Liquidez Corrente (LC)

$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$

Os resultados isolados das duas primeiras operações (Liquidez Geral – LG e Liquidez Corrente – LC) deverão ser maiores ou iguais a 1,0.

Os índices serão apresentados em números inteiros e de até 02 (duas) casas decimais após a vírgula com arredondamento.

- a) É vedada a substituição por balanços provisórios e os índices deverão estar assinados pelo profissional Contabilista (com identificação do nome e CRC - Conselho Regional de Contabilidade).

18.1.4.5 Demonstração de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto da licitação, correspondente a **R\$ 3.368.386,06 (Três milhões, trezentos e sessenta e oito mil, trezentos e oitenta e seis reais e seis centavos)**, considerando os valores constantes na Planilha Orçamentária contida neste Edital, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da Lei, admitida à atualização para esta data através de índices oficiais.



19. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

19.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei Federal nº.14.133/2021** e alterações posteriores, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

19.2. A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

19.3. A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA quanto à integridade e à correção da execução do objeto a que se obrigou, suas consequências e implicações perante o CONTRATANTE, terceiros, próximas ou remotas.

19.4. A execução do contrato será acompanhada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O servidor designado pelo CONTRATANTE irá exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA, sem prejuízo desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

19.5. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE para representá-lo na execução do contrato.

19.6. Ficará a cargo de um servidor designado pela **Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Renda**, a fiscalização e o acompanhamento da execução de todas as fases e etapas do objeto.

19.7. Cabe a Secretaria solicitante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências a Assessoria Jurídica de Licitações do Município.

20.0. PRAZO DE GARANTIA

20.1. A CONTRATADA deverá garantir o objeto executado pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do Recebimento Definitivo. Sem prejuízo do prazo acima, para vícios e defeitos que comprometam a solidez e a segurança da edificação, será observado o prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado do Recebimento Definitivo, nos termos do Termo de Referência e da legislação aplicável.



21.0. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

21.1. Os atestados de capacidade técnica emitidos em nome de consórcio do qual a licitante tenha feito parte sem que haja a identificação das atividades desempenhadas individualmente por cada consorciado serão avaliados na forma prevista no artigo 67, § 10 e § 11, da Lei nº 14.133/2021.

21.2. Todos os documentos de habilitação exigidos deverão ser originais ou apresentados por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por cartório competente, sendo escaneados e anexados no sistema, salvo os documentos emitidos por meio eletrônico, cuja autenticidade poderá ser verificada na rede mundial de computadores (internet), quando possível;

21.3. Todas as certidões deverão estar com seus prazos de validade aptos na data de apresentação, sendo que será confirmada a validade e autenticidade das mesmas, quando possível;

21.4. No caso das microempresas e empresas de pequeno porte, face ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, devendo regularizá-las no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogável por igual período a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

21.5. A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

21.6. Se a empresa licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

21.7. Caso o licitante pretenda que outro estabelecimento seu (matriz ou filial), execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação da habilitação de ambos os estabelecimentos.

22.0. DOS RECURSOS

22.1. Nos termos do artigo 165, II, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal 14.133/21, declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, dentro do prazo recursal registrado pelo **Agente de Contratação** no Sistema Eletrônico, motivadamente manifestar, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer no prazo máximo de 15 (quinze) minutos, com registro em ata da síntese das



suas razões.

22.2. Será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para o encaminhamento, por meio do sistema eletrônico, das razões do recurso, ficando as demais licitantes, após a apresentação das razões, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, contado do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

22.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e a **Agente de Contratação** estará autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

22.4. Cabe à **Agente de Contratação** verificar as condições de admissibilidade do recurso, no que tange à presença dos pressupostos recursais de tempestividade, legitimidade, sucumbência, motivação e interesse.

22.5. Mantida a decisão recorrida pela **Agente de Contratação**, o recurso será encaminhado à autoridade superior devidamente relatado.

22.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

22.7. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados mediante petição que deve ser encaminhada por meio do e-mail <https://www.licitanet.com.br/>

22.8. O recurso contra decisão do **Agente de Contratação** não terá efeito suspensivo.

22.9. Caberá ao **Agente de Contratação**, no prazo de 3 (três) dias úteis, receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade superior quando mantiver sua decisão, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos para:

22.9.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

22.9.2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;

22.9.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso ao **Exmº Sr. Prefeito**.

22.10. As intenções e os recursos rejeitados pela **Assessoria Jurídica de Licitações do Município** serão apreciados pelo **Exmº Sr Prefeito**.

22.11. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

22.12. Decididos os recursos porventura interpostos e constatados a regularidade dos atos procedimentais, o **Exmº Sr Prefeito** deliberará quanto à adjudicação do objeto à empresa vencedora e à homologação da licitação.



23.0. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

23.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

23.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

23.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do **artigo 43, §1º da Lei Complementar nº123/2006**. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

23.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

23.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

23.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no cadastro da empresa na plataforma Licitanet, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

24.0. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

24.1. O objeto desta Concorrência será adjudicado ao vencedor por ato da autoridade superior.

24.2. Após a fase recursal (se houver), constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

24.3. A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade do **Exmº Sr Prefeito** e só poderá ser realizada após a adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo **Agente de Contratação** ou quando houver recurso, conforme regras estabelecidas.

24.4. A adjudicação do objeto à empresa vencedora e a homologação do resultado da licitação não implicarão direito à contratação.

25.0. DO CONTRATO

25.1. A licitante vencedora deverá assinar com o Município de São José de Ubá/RJ, o respectivo Contrato, cuja minuta segue inclusa a este Edital, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação a ser efetuada pelo **Agente de Contratação** estará autorizada a adjudicar o objeto ao



licitante declarado vencedor, prazo este passível de prorrogação, à critério da Administração, mediante apresentação de motivos que o justifiquem, uma vez por igual período.

25.2. Se a empresa adjudicatária se recusar a assinar o Contrato ou deixar de fazê-lo no prazo estabelecido, o Município poderá optar pela convocação dos demais concorrentes, obedecendo sucessivamente a ordem de classificação e, ainda, aplicar-lhe as penalidades previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive multa de 10% do valor do contrato licitado.

25.3. Farão parte integrante do Contrato todos os elementos apresentados pela empresa vencedora que tenham servido de base para o julgamento, aceitos pelo Município, bem como as condições estabelecidas neste Edital.

25.4. É vedada a transferência do Contrato a terceiros, no todo ou em parte, devendo a CONTRATADA cumprir rigorosamente todas as condições e cláusulas constantes, sendo admitidas a sua transformação, fusão, cisão ou incorporação, desde que a execução do Contrato não seja prejudicada e sejam mantidas as condições de habilitação.

24.5. A CONTRATADA deverá providenciar, antes da assinatura do Contrato, em original ou por processo de cópia autenticada em cartório:

24.5.1. Apresentação - para o caso de profissionais não registrados no Estado do Rio de Janeiro - da Certidão de Registro da pessoa jurídica e do profissional visadas pelo CREA-RJ, autorizando-os ao exercício da atividade nesta Região, nos termos do artigo 58 da Lei nº 5194/66;

24.5.2. A.R.T. Anotação de Responsabilidade Técnica do profissional responsável pela obra;

24.6. Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial:

apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial do Licitante, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial;

24.7. Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial:

apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

25.0. DA GARANTIA CONTRATUAL

25.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

25.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.



25.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após assinatura do contrato.

25.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

26.0. DAS OBRIGAÇÕES

26.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

26.1.1. Após a assinatura do Contrato e precedendo a expedição da competente Ordem de Serviço para início da obra, a CONTRATADA será convocada para uma reunião com o Departamento de Engenharia para discussão e esclarecimentos que se fizerem necessários, quanto ao projeto e a fiscalização.

26.1.2. **A fiscalização da execução da obra será realizada pelo Fiscal de Contratos**, por profissional da área, designado pelo Município, que manterá o acompanhamento de forma permanente ou esporádico, dependendo da etapa construtiva, sendo que esta fiscalização não exime a CONTRATADA de qualquer responsabilidade pela obra.

26.1.3. O profissional indicado pela CONTRATADA, para fins de comprovação técnica operacional, deverá comparecer periodicamente à obra, devendo ainda a CONTRATADA manter um Mestre de Obras (encarregado) permanente, durante a execução da mesma, ficando ambos incumbidos da prestação de todos os esclarecimentos e informações solicitadas pelo Município sobre o andamento da obra, admitindo-se a(s) substituição(ões) do(s) profissional(is) indicado(s) por outro(s) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Município.

26.1.4. A CONTRATADA deverá cumprir a legislação vigente relativa às normas quanto a Segurança e Medicina do Trabalho, ficando sob sua inteira responsabilidade quaisquer danos consequentes da inobservância das Leis ou prática de ato considerado ilícito.

25.5. O Município se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar, para a perfeita execução do objeto licitado, arcando a CONTRATADA com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora do Município.

26.1.6. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por todos e quaisquer danos ou prejuízos que vier causar ao Município, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, meio ambiente, em decorrência da execução dos serviços, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço, objeto do Contrato, correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para o Município, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.



26.1.7. O recebimento pelo Município, provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a CONTRATADA da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na Lei.

26.1.8. A fiscalização do Município poderá paralisar as obras e/ou serviços a qualquer momento, quando restar constatado risco grave e iminente aos servidores do Município, da CONTRATADA, a terceiros e ao meio ambiente, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na legislação vigente:

26.1.9. Em caso de embargo, interdição ou paralisação das obras e/ou serviços, a fiscalização do Município determinará as medidas a serem tomadas pela CONTRATADA, visando manter o local das obras devidamente protegido, a evitar o oferecimento de riscos a terceiros e ao meio ambiente.

26.1.10. A fiscalização dos serviços pelo Município não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas Contratuais.

26.1.11. Fica a CONTRATADA obrigada a cumprir as exigências estabelecidas na Lei Federal nº 6514/77, relativamente à Segurança e Medicina do Trabalho, regulamentada pela Portaria nº 3214/78 e, em especial às Normas Regulamentadoras NR-5 – CIPA; NR-6 – EPI; NR-7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; NR-9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; NR-10 – Instalações e Serviços em Eletricidade e NR-18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, em todos os seus itens, subitens e anexos, sendo os custos decorrentes incluídos no preço proposto.

26.1.12. A CONTRATADA será responsável por fornecer, incentivar e obrigar a todos os seus funcionários o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) de acordo com a legislação vigente. Esses equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e documentação que comprove sua validade (CA - Certificado de Aprovação), de modo a garantir total segurança ao usuário, bem como às pessoas ao redor.

26.1.13. A CONTRATADA responderá e responsabilizar-se-á pela prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades e de seus funcionários quando da realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança, bem como tomando, ou fazendo com que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.

26.1.14. Todas as ações trabalhistas, decorrentes da execução do contrato que diretamente ou indiretamente responsabilizem o Município em seus processos, terão os valores destas ações judiciais glosados dos pagamentos das faturas ou garantidos por meio de carta de fiança bancária, em nome da contratada e suas respectivas liberações somente ocorrerão quando, judicialmente o Município for excluído da lide pela Justiça desta responsabilidade.



26.1.15. Em caso de reclamação de terceiro junto a qualquer órgão público, ou ainda por ação judicial proposta contra o Município, em razão de atividades decorrentes do contrato, a CONTRATADA se obriga a disponibilizar representante, prontamente a todos os chamados dos órgãos públicos e do Poder Judiciário recebidos pelo Município, com poderes para realizar acordos em nome da CONTRATADA, em Juízo ou fora dele.

26.1.16. A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitado pelo Município e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, o Município.

26.2. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

26.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

26.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Contrato;

26.2.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

26.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

26.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

26.2.6. Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Projeto Básico;

26.2.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;

26.2.8. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

26.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

26.2.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



26.2.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

26.2.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

26.2.13. Comunicar a CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

26.2.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

26.2.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

26.2.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

26.2.17. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

26.2.18. Previamente à expedição da **Ordem de Execução de Serviços**, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

27.0. DAS MEDIÇÕES, FORMA DE PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

27.1. O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias, mediante adimplemento de cada parcela da obrigação, através de depósito ou transferência eletrônica em conta bancária indicada pela CONTRATADA, por intermédio da apresentação de fatura emitida pela CONTRATADA em correspondência ao objeto executado, acompanhada da planilha de medição indicando as unidades efetivamente executadas, com base nos preços unitários da **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA** apresentada junto à proposta de preço. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública, mediante aprovação prévia da CEF - Caixa Econômica Federal (Mandatária).

27.2. Para tanto, a CONTRATADA deverá apresentar o seu relatório de medição dos serviços executados no período para análise da Fiscalização.

27.3. A 1ª medição deverá ser apresentada após, no mínimo, 30 (trinta) dias do início da obra e abrangerá a medição física dos serviços executados no período anterior.

27.4. Os serviços previstos no orçamento contratado serão medidos, desde que totalmente executados de acordo com o projeto;



27.5 Antes do fechamento da medição, o Município terá até 5 (cinco) dias úteis para analisar a medição apresentada. Em caso de erro na medição, o Município informará a CONTRATADA, dentro do período de análise, para que a mesma efetue as devidas correções e apresente a nova medição corrigida.

27.6. Havendo parte incontroversa deverá ser autorizado o pagamento deste montante.

27.7. O devido fechamento da medição mensal deverá ser efetivado entre a CONTRATADA e a Fiscalização do Município.

27.8. Após o fechamento e aprovação da medição, o Município encaminhará a medição para aprovação da Caixa Econômica Federal. Sendo aprovada, o Município autorizará a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser encaminhada para pagamento juntamente com a medição e o relatório fotográfico dos serviços executados no período.

27.9. O Município efetuará o pagamento da Nota Fiscal após o protocolamento da mesma, e se em conformidade, no prazo de até 30 (trinta) dias.

27.10. A Nota Fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à CONTRATADA o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à CONTRATANTE.

27.11. Junto à medição final, a CONTRATADA deverá entregar ao Município o relatório final nos termos das especificações contidas no edital.

27.12. O pagamento da última medição será efetuado somente após o recebimento e aprovação pelo Município do relatório final e da emissão do Termo de Recebimento de obra.

27.13. Caso o objeto esteja em desacordo com o especificado ou apresente vício construtivo, o Termo de Recebimento somente será emitido após a devida correção.

27.14. Para pagamento da Nota Fiscal/Fatura de cada uma das parcelas, é indispensável que a CONTRATADA apresente comprovante de regularidade junto ao INSS e FGTS, por meio das **guias GPS - Guia da Previdência Social e GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, relativo aos empregados que executaram o serviço, bem como do recolhimento do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, quando couber.**



27.15. As comprovações serão feitas através das cópias autenticadas das guias de recolhimento, devidamente quitadas, que deverão ser encaminhadas ao Serviço de Contabilidade do Município;

26.16. Em se tratando de INSS, a CONTRATADA deverá preencher as guias de recolhimento de conformidade com as Ordens de Serviço do Ministério da Previdência e Assistência Social, constando o nome do Município, o número do Contrato ao qual se vinculam e o(s) número(s) da(s) fatura(s) correspondente(s);

27.17. As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas deverão corresponder ao período de execução e à mão-de-obra alocada para esse fim.

27.18. Por ocasião da apresentação ao Município da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento do ISS correspondente ao serviço executado e deverá estar referenciado à emissão da nota fiscal/fatura.

27.19. Na eventualidade da apresentação da nota fiscal/fatura, caso não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do INSS, do FGTS e/ou do ISS, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devidamente quitada, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

27.20. Junto com a fatura, a CONTRATADA deverá apresentar, referente a todos os empregados que executaram o serviço no período abrangido pelo relatório apresentado, sob pena de o Município efetuar a retenção do valor devido nos termos da legislação vigente, sobre o valor faturado:

- a) Relação nominal de todos os empregados, bem como o comprovante de recolhimento das contribuições sociais incidentes sobre a fatura;
- b) Comprovantes de pagamentos dos salários recebidos e recolhimentos do FGTS e INSS, última competência, referentes aos seus empregados.

27.21. Havendo retenção, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo de 15 (quinze) dias o recolhimento das contribuições sociais (INSS/FGTS/ISS-ISQN) e apresentar as guias que comprovem tal pagamento ao Município, para fins de devolução da quantia retida.

27.22. Se a CONTRATADA não apresentar os comprovantes referidos no prazo fixado, o Município poderá a qualquer instante e a seu critério exclusivo:

- a) Aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da medição cujos comprovantes não forem apresentados;
- b) Rescindir o Contrato por culpa exclusiva da CONTRATADA.

27.23. Se durante a execução do Contrato, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade fiscal e trabalhista, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata atualização das mesmas, sob pena de rescisão contratual.



27.24. Não haverá atualização nos preços quando o atraso no pagamento se der por culpa exclusiva da CONTRATADA.

26.25. Os preços pactuados poderão ser reajustados pelo Índice Nacional da Construção Civil – INCC acumulado, com data base vinculada à data do orçamento estimado, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, nos termos do artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021. O Município poderá sustar o(s) pagamento(s) de qualquer(qualsquer) parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com o Município na execução deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

28.0. DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, CANTEIRO DE OBRAS E INSTALAÇÕES

28.1. A CONTRATADA deverá utilizar na obra apenas materiais e equipamentos em conformidade com os padrões e normas técnicas e de segurança aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela segurança, manutenção, qualidade e quantidade dos mesmos.

28.2. O Município se reserva o direito de recusar materiais e equipamentos que não estejam dentro das normas e dos padrões técnicos e de segurança exigidos e aplicados aos mesmos, respondendo a CONTRATADA, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontar a fiscalização do Município:

28.3. O canteiro de obras deverá ser instalado com área suficiente para desenvolver todas as atividades necessárias:

28.4. O canteiro de obras deve ser mantido livre de lama e organizado.

28.5. A CONTRATADA é obrigada a manter, por conta própria, as instalações da obra em perfeitas condições de conservação, limpeza, pintura e segurança, pelos prazos fixados no edital de licitação e/ou no Contrato.

28.6. A CONTRATADA Providenciar a confecção e instalação, às suas expensas e em lugar visível do canteiro, de placa da obra, de acordo com o modelo fornecido pelo CONTRATANTE.

29.0. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO

29.1. O objeto será recebido (artigo 140, caput, da Lei nº 14.133/2021):

29.1.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

29.1.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.



29.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

29.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

29.4. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo estão de acordo com o edital e anexos.

29.5. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado (art. 140, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

29.6. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

30.0. DAS PENALIDADES

30.1. As sanções dispostas no Contrato poderão ser aplicadas às empresas licitantes e à CONTRATADA, conforme o caso, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município e das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.

30.2. Sem prejuízo da faculdade previstas nos art. 137 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, a não observância do cronograma contratual sujeitará, cumulativamente a CONTRATADA às seguintes multas:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar,

nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;



c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato; e

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

f) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

28.3. O contrato a ser assinado com a licitante vencedora poderá ser rescindido de pleno direito pelo MUNICÍPIO independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

I - falência;

II - concordata;

III - insolvência;

IV - dissolução judicial ou extrajudicial;

V - inobservância de dispositivos legais;

VI - inadimplemento de obrigação contratual.

30.4. A licitante vencedora que, devidamente convocada, deixar de comparecer para a assinatura do contrato ficará sujeita às penalidades previstas no Art. 156 da Lei 14.133, inclusive multa de 0,5% até 30% do valor do contrato licitado.

30.5. As sanções previstas serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

30.6. A aplicação das Sanções somente ocorrerá após assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termos da legislação vigente.

30.7. Até a decisão final quanto a eventual defesa apresentada, será retido o numerário apurado referente à sanção, sendo que o montante da multa poderá, a critério do Município, ser compensado com valores de pagamento devido ao fornecedor.

31.0. DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1. O Município poderá a qualquer momento revogar a presente Licitação, por razões de interesse público, decorrentes de fato supervenientes devidamente comprovados, pertinentes e suficientes a



justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

31.2. É facultada ao Agente de Contratação, ou autoridade superior, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

31.2.1. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo agente de contratação.

31.3. O Município se reserva o direito de, unilateralmente, desqualificar qualquer empresa caso:

31.4. Tenha havido qualquer tentativa de influenciar, por meios ilícitos ou desonrosos, ao Agente de Contratação no processo de julgamento;

31.5. Tenha havido comprovada falsidade ideológica, má conduta ou apresentação de documentos fora das normas exigidas.

31.6. Antes do aviso oficial do resultado desta Licitação, não serão fornecidas a ninguém, quaisquer informações referentes à análise, avaliação ou comparação entre a documentação apresentada.

31.7. A(s) empresa(s) licitante(s) responde(m) pela fidelidade e legitimidade dos documentos apresentados nas diversas fases deste processo licitatório.

31.8. Os autos da Licitação são públicos, sendo também públicos todos os atos relativos ao procedimento, salvo quanto o conteúdo das propostas até a respectiva abertura.

31.9. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

31.10. Fica eleito o foro Município de Itaperuna – RJ, com renúncia dos demais por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões suscitadas da interpretação desta Licitação, seu Contrato e demais atos deles decorrentes.

31.11. A simples participação neste certame licitatório importa na aceitação, sem ressalvas e objeções, por parte de todas as empresas licitantes, das disposições contidas neste Edital e seus anexos, dos quais os mesmos atestam, pela participação, terem pleno conhecimento.

31.12. Fica constituído como obrigação das empresas participantes, o acompanhamento das publicações contidas <https://www.licitanet.com.br/> e no Portal Transparência <https://www.saojosedeuiba.rj.gov.br>



PREFEITURA DE
**SÃO JOSÉ
DE UBÁ**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



31.13. Os casos omissos neste edital serão analisados e resolvidos pela aplicação de normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, através do Agente de Contratação, eventualmente ouvidos os órgãos técnicos e especializados, as decisões do Agente de Contratação serão ratificadas pela autoridade superior.

31.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

31.15 .As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

31.16 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

31.17 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

31.18 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

31.19 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

São José de Ubá, 28 de maio de 2026.

THIAGO FELIX DA ALMEIDA
Diretor de Licitação
Portaria: 211341



ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 003/2026

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____
CNPJ/MF Nº _____,
(Endereço Completo) _____,
(Nome e Número da Carteira de Identidade e do CPF do Declarante)

DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme §1º do art. 18A.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006. Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo no presente certame.

OBSERVAÇÃO: No caso da empresa com enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar juntamente desta declaração, certidão simplificada emitida pela JUCERJA, **sob pena de não poder usufruir dos benefícios concedidos pela legislação e demais parâmetros de julgamento definidos no edital do certame.**

Localidade e data: _____

Carimbo da licitante e assinatura
Identificação do Representante Legal da Proponente



PREFEITURA DE
**SÃO JOSÉ
DE UBÁ**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO; (EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 003/2026

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____
CNPJ/MF Nº _____,
(Endereço Completo) _____,
(Nome e Número da Carteira de Identidade e do CPF do Declarante)

DECLARA para fins de participação no **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026**, que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme disposto no inciso I do art. 63º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Declaro ainda que conheço e concordo com todos os termos deste Edital. O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Localidade e data: _____

Carimbo da licitante e assinatura
Identificação do Representante Legal da Proponente



ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA
(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 003/2026

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____
CNPJ/MF Nº _____,
(Endereço Completo) _____,
(Nome e Número da Carteira de Identidade e do CPF do Declarante)

DECLARA, especificamente para participação no processo XXX/2026, Modalidade xxxxxxxx, XX/2026, o que se segue:

a) Detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital supra;

b) Não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99), em cumprimento ao estabelecido no inciso III do art. 62 da Lei 14.133/2021;

c) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) Declara, ainda, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao que determina o inciso II do art. 70 da Lei 14.133/2021.

e) Declara, para os devidos fins, que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto na Lei nº 13.146, de 2015 e inciso XVII do art. 92 e art. 116, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

f) Declaramos sob as penas da lei e para fins de contratação com o(a) que não possuímos em nosso quadro societário servidor público ou dirigente do poder executivo do Município de São José de Ubá/RJ, Fundos e/ou Fundações municipais, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

g) Declaramos ainda, que tivemos total acessibilidade ao Edital e seus anexos, através dos meios descritos no presente edital;

Localidade e data: _____

Carimbo da licitante e assinatura
Identificação do Representante Legal da Proponente



PREFEITURA DE
**SÃO JOSÉ
DE UBÁ**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 003/2026

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____
CNPJ/MF Nº _____,
(Endereço Completo) _____,
(Nome e Número da Carteira de Identidade e do CPF do Declarante)

DECLARO para os devidos fins, que assinarei o Contrato CONSTRUÇÃO DE 20 (VINTE) UNIDADES HABITACIONAIS, SENDO TODAS DO TIPO SOBRADO E ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, COM 74,29 M² DE ÁREA CONSTRUÍDA (UNIDADE TÉRREA) E 79,98 M² DE ÁREA CONSTRUÍDA (1º PAVIMENTO). A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SERÁ EM UM TERRENO DE 4.028,82 M², LOCALIZADO NA RUA IGNÊS BATISTA BOTELHO – LOTEAMENTO LUÍZA, SÃO JOSÉ DE UBÁ/RJ, referente à Concorrência Eletrônica nº 003/2026.

E-MAIL PESSOAL:
E-MAIL PROFISSIONAL

Localidade e data: _____

Carimbo da licitante e assinatura
Identificação do Representante Legal da Proponente



PREFEITURA DE
**SÃO JOSÉ
DE UBÁ**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE SUBEMPREITADA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 003/2026

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____
CNPJ/MF Nº _____,
(Endereço Completo) _____,
(Nome e Número da Carteira de Identidade e do CPF do Declarante)

DECLARA sob as penas da Lei que todo e qualquer contrato de subempreitada relacionada com a obra será previamente submetido à municipalidade que, por sua vez estudará o interesse e conveniência dessa subempreitada e se concordar dará anuência expressa, referente à Concorrência Eletrônica nº 003/2026.

Localidade e data: _____

Carimbo da licitante e assinatura
Identificação do Representante Legal da Proponente



PREFEITURA DE
**SÃO JOSÉ
DE UBÁ**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA (EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 003/2026

(Nome da Empresa) _____
CNPJ/MF Nº _____,
(Endereço Completo) _____,
(Nome e Número da Carteira de Identidade e do CPF do Declarante)

ATESTO que o representante legal do licitante, interessado em participar da Concorrência Eletrônica nº 003/2026, realizou nesta data vistoria técnica nas instalações onde será realizada a Contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada por preço global (Contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada por preço global (empreitada global), para execução de obra de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais, sendo todas do tipo sobrado e estrutura em concreto armado, com 74,29 m² de área construída (unidade térrea) e 79,98 m² de área construída (1º pavimento). A execução dos serviços será em um terreno de 4.028,82 m², localizado na Rua Ignês Batista Botelho – Loteamento Luíza, São José de Ubá/RJ, recebendo assim todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta. O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

Localidade e data: _____

Carimbo da licitante e assinatura
Identificação do Representante Legal da Proponente



PREFEITURA DE
**SÃO JOSÉ
DE UBÁ**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR A VISTORIA TÉCNICA (EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 003/2026

(Nome da Empresa) _____
CNPJ/MF Nº _____,
(Endereço Completo) _____,
(Nome e Número da Carteira de Identidade e do CPF do Declarante)

DECLARO que o licitante não realizou a vistoria técnica prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria técnica que lhe havia sido facultada. O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.



PREFEITURA DE
**SÃO JOSÉ
DE UBÁ**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE UBÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



ANEXO XII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO (EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 003/2026

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____
CNPJ/MF Nº _____,
(Endereço Completo) _____,
(Nome e Número da Carteira de Identidade e do CPF do Declarante)

DECLARA, para fins de participação no **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 003/2026**, instaurado pelo Município de São José de Ubá-RJ, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal. Por ser verdade, firmamos o presente.

Localidade e data: _____

Carimbo da licitante e assinatura
Identificação do Representante Legal da Proponente



ANEXO XIV MODELO DE PROPOSTA

A empresa abaixo se propõe a executar a obra objeto deste edital, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente

Empresa Proponente: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____ TEL.: _____
CNPJ: _____
Inscrição Estadual: _____ Inscrição Municipal: _____

Representante da empresa para assinatura de contrato:

Nome: _____
Cédula de Identidade: _____ Órgão Expedidor: _____
Cargo: _____
Telefone: _____
E mail: _____

1.0. PREÇO OFERTADO

DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR DA OBRA R\$
Contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada por preço global (empreitada global), para execução de obra de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais, sendo todas do tipo sobrado e estrutura em concreto armado, com 74,29 m ² de área construída (unidade térrea) e 79,98 m ² de área construída (1º pavimento). A execução dos serviços será em um terreno de 4.028,82 m ² , localizado na Rua Ignês Batista Botelho, no município de São José de Ubá-RJ.	
B.D.I	
VALOR GLOBAL DA OBRA	

1.1. O preço total ofertado é de _____ (_____).

2.0. Declaramos que o valor mencionado se encontra discriminado conforme os preços unitários e totais de cada item e estão dispostos em planilha em anexo, assim como



também em anexo encontra-se o cronograma físico-financeiro para a execução das obras do objeto licitado.

03. Declaramos que o prazo de validade de nossa proposta comercial é de(.....) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

04. Declaramos expressamente, que nos preços propostos, estão inclusas todas as despesas concernentes a mão de obra, encargos sociais, benefícios e despesas indiretas e tributos, e tudo o mais necessário à perfeita e cabal execução dos mesmos.

05. Declaramos que utilizaremos o pessoal que for necessário para a perfeita execução dos trabalhos e para o devido cumprimento das obrigações assumidas.

06. Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

07. A empresa declara que aceita o prazo de execução, forma de pagamento e demais condições conforme os termos do edital da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº.003/2026** e seus anexos.

8.0. INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

8.1. Informações bancárias para a realização de pagamento, caso a empresa licitante seja vencedora do certame.

Informações Bancárias	
Banco (Nome e Número):	
Agência:	
Conta Corrente:	

....., de de 2026.

CARIMBO DE CNPJ DA EMPRESA
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



MINUTA DE CONTRATO

Pelo presente instrumento, **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE UBÁ/RJ**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Rua Hemengardo Ramos Vieira, nº.125, Centro, São José de Ubá/RJ, CEP: 28.455-000, inscrito no CNPJ sob o nº 01.614.414/0001-73, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Gean Marcos Pereira da Silva, no uso de suas atribuições legais, e, de outro lado, o a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato de Serviços, conforme previsão na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, do Decreto Municipal nº.1421 de 08 de fevereiro de 2024, e de acordo com o que consta do Processo administrativo nº. 1194/2026, **NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº. 003/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é a Contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada por preço global (Contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada por preço global (empreitada global), para execução de obra de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais, sendo todas do tipo sobrado e estrutura em concreto armado, com 74,29 m² de área construída (unidade térrea) e 79,98 m² de área construída (1º pavimento). A execução dos serviços será em um terreno de 4.028,82 m², localizado na Rua Ignês Batista Botelho – Loteamento Luíza, São José de Ubá/RJ, relativo ao **Termo de Compromisso nº 993314/2025- Operação 1104223-30**, celebrado entre o município de São José de Ubá/RJ e o Ministério das Cidades, com interveniência da Caixa Econômica Federal.

DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR DA OBRA R\$
Contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada por preço global (empreitada global), para execução de obra de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais, sendo todas do tipo sobrado e estrutura em concreto armado, com 74,29 m ² de área construída (unidade térrea) e 79,98 m ² de área construída (1º pavimento). A execução dos serviços será em um terreno de	



4.028,82 m ² , localizado na Rua Ignês Batista Botelho, no município de São José de Ubá-RJ.	
B.D.I	
VALOR GLOBAL DA OBRA	

VALOR GLOBAL DA OBRA: R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- a) O Município deverá acompanhar e fiscalizar a contratação, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, exercendo ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da CONTRATADA constantes também do Termo de Referência.
- b) Compete, ainda, ao Município:
- c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- d) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Contrato;
- e) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- f) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- g) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- h) Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Projeto Básico;
- i) Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- j) Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- k) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente



protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

l) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

m) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

n) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

o) Comunicar a CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

p) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

q) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

r) Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

s) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

t) Previamente à expedição da **Ordem de Execução de Serviços**, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

a) São obrigações da licitante vencedora, além daquelas expressas no TERMO DE REFERÊNCIA:

b) Após a assinatura do Contrato e precedendo a expedição da competente Ordem de Serviço para início da obra, a CONTRATADA será convocada para uma reunião com o Departamento de Engenharia para discussão e esclarecimentos que se fizerem necessários, quanto ao projeto e a fiscalização.

c) **A fiscalização da execução da obra será realizada pelo Fiscal de Contratos**, por profissional da área, designado pelo Município, que manterá o acompanhamento de forma permanente ou esporádico, dependendo da etapa construtiva, sendo que esta fiscalização não exime a CONTRATADA de qualquer responsabilidade pela obra.



- d) O profissional indicado pela CONTRATADA, para fins de comprovação técnica operacional, deverá comparecer periodicamente à obra, devendo ainda a CONTRATADA manter um Mestre de Obras (encarregado) permanente, durante a execução da mesma, ficando ambos incumbidos da prestação de todos os esclarecimentos e informações solicitadas pelo Município sobre o andamento da obra, admitindo-se a(s) substituição(ões) do(s) profissional(is) indicado(s) por outro(s) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Município.
- e) A CONTRATADA deverá cumprir a legislação vigente relativa às normas quanto a Segurança e Medicina do Trabalho, ficando sob sua inteira responsabilidade quaisquer danos consequentes da inobservância das Leis ou prática de ato considerado ilícito.
- f) O Município se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar, para a perfeita execução do objeto licitado, arcando a CONTRATADA com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora do Município.
- g) A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por todos e quaisquer danos ou prejuízos que vier causar ao Município, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, meio ambiente, em decorrência da execução dos serviços, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço, objeto do Contrato, correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para o Município, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.
- h) O recebimento pelo Município, provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a CONTRATADA da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na Lei.
- i) A fiscalização do Município poderá paralisar as obras e/ou serviços a qualquer momento, quando restar constatado risco grave e iminente aos servidores do Município, da CONTRATADA, a terceiros e ao meio ambiente, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na legislação vigente:
- j) Em caso de embargo, interdição ou paralisação das obras e/ou serviços, a fiscalização do Município determinará as medidas a serem tomadas pela CONTRATADA, visando manter o local das obras devidamente protegido, a evitar o oferecimento de riscos a terceiros e ao meio ambiente.
- k) A fiscalização dos serviços pelo Município não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas Contratuais.
- l) Fica a CONTRATADA obrigada a cumprir as exigências estabelecidas na Lei Federal nº 6514/77, relativamente à Segurança e Medicina do Trabalho, regulamentada pela Portaria nº 3214/78 e, em especial às Normas Regulamentadoras NR-5 – CIPA; NR-6 – EPI; NR-7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; NR-9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; NR-10 –



Instalações e Serviços em Eletricidade e NR-18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, em todos os seus itens, subitens e anexos, sendo os custos decorrentes incluídos no preço proposto.

m) A CONTRATADA será responsável por fornecer, incentivar e obrigar a todos os seus funcionários o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) de acordo com a legislação vigente. Esses equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e documentação que comprove sua validade (CA - Certificado de Aprovação), de modo a garantir total segurança ao usuário, bem como às pessoas ao redor.

n) A CONTRATADA responderá e responsabilizar-se-á pela prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades e de seus funcionários quando da realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança, bem como tomando, ou fazendo com que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.

o) Todas as ações trabalhistas, decorrentes da execução do contrato que diretamente ou indiretamente responsabilizem o Município em seus processos, terão os valores destas ações judiciais glosados dos pagamentos das faturas ou garantidos por meio de carta de fiança bancária, em nome da contratada e suas respectivas liberações somente ocorrerão quando, judicialmente o Município for excluído da lide pela Justiça desta responsabilidade.

p) Em caso de reclamação de terceiro junto a qualquer órgão público, ou ainda por ação judicial proposta contra o Município, em razão de atividades decorrentes do contrato, a CONTRATADA se obriga a disponibilizar representante, prontamente a todos os chamados dos órgãos públicos e do Poder Judiciário recebidos pelo Município, com poderes para realizar acordos em nome da CONTRATADA, em Juízo ou fora dele.

q) A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitado pelo Município e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, o Município.

r) A CONTRATADA deverá **garantir o objeto executado pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos**, contados a partir de seu recebimento definitivo pelo Engenheiro do Município.

s) Providenciar, após a assinatura do contrato e antes do início da execução, a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART pertinente(s) junto ao CREA/RJ (execução, e outras que se fizerem necessárias), bem como manter a regularidade da responsabilidade técnica durante toda a vigência contratual, entregando ao CONTRATANTE cópia da(s) ART(s) quitada(s), para fins de registro, fiscalização e comprovação das condições estabelecidas neste contrato.

t) Fornecer, instalar e manter, em local indicado pela Fiscalização do CONTRATANTE, placa(s) de



identificação da obra, conforme modelo e especificações aprovados pelo setor competente, em conformidade com as normas e exigências do Termo de Compromisso/Operação, bem como com a legislação aplicável, responsabilizando-se por sua conservação e reposição quando necessário.

u) Prestar assistência técnica durante a execução e no período de garantia, promovendo, às suas expensas, a correção de defeitos e não conformidades constatadas, no prazo estabelecido pela Fiscalização, bem como repassar ao CONTRATANTE, quando aplicável, manuais, garantias e contatos de assistência técnica dos materiais e sistemas instalados, conforme projetos, especificações e documentação de recebimento da obra.

v) Providenciar, quando exigível, o registro e a regularização da execução junto ao CREA/RJ por meio das ART(s) correspondentes, inclusive de eventuais termos aditivos que impliquem alteração de escopo, prazos ou valores vinculados à responsabilidade técnica, sem ônus adicional ao CONTRATANTE, entregando cópia dos comprovantes à Fiscalização imediatamente após a emissão.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

O valor global do presente Contrato é de R\$ _____ (_____), incluindo todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados através da Tesouraria da Secretaria Municipal de Fazenda em até 30 (trinta) dias úteis, mediante adimplemento de cada parcela da obrigação, através de depósito ou transferência eletrônica em conta bancária indicada pela CONTRATADA, por intermédio da apresentação de fatura emitida pela CONTRATADA em correspondência ao objeto executado, acompanhada da planilha de medição indicando as unidades efetivamente executadas, com base nos preços unitários da **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA** apresentada junto à proposta de preço. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública, mediante aprovação prévia da CEF - Caixa Econômica Federal (Mandatária).

A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica, indicando o número da conta corrente, agência e banco, que será atestada pelo Secretário da pasta ou servidor expressamente designado;



Os pagamentos serão efetuados de acordo com o Cronograma Físico e Financeiro, depois da realização das medições que serão elaboradas conforme a execução da obra, tomando-se como final do período, o último dia de cada mês.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, ocorrerá por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

REPASSE

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Renda

II) Fonte de Recursos: 700 – Transferência de Convênios

III) Ficha: 691

IV) Programa de Trabalho: 02.16.00.16.482.0007.1032.1032

V) Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00

VALOR: R\$ 2.772.000,00

CONTRAPARTIDA

I) Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Renda

II) Fonte de Recursos: 500 - Impostos

III) Ficha: 471

III) Programa de Trabalho: 02.16.00.16.482.0007.1032.1032

IV) Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00

VALOR: R\$ 596.386,06

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;



- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação direta ou execução do contrato;
- fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).
- Multa:
 - moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. 10.14.4.2.1. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.



- compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, 59º)
- Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo
- Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao
- Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
 - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - as peculiaridades do caso concreto;
 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - os danos que dela provierem para o Contratante;
 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na Cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 165 da Lei nº 14.133/21, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficarão o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

a) O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

b) O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

c) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

d) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.
- d) A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo



indenizatório, conforme art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 124, da Lei nº 14.133/21, ressalvado o disposto na legislação instituidora do Real.

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no **Art. 125, da Lei Federal nº 14.133/21**.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contado a partir da emissão da Ordem de Serviço/Ordem de Início, observado o cronograma físico-financeiro. Na hipótese de não conclusão do objeto no período inicialmente firmado, a vigência será automaticamente prorrogada, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis quando a não conclusão decorrer de culpa da CONTRATADA. A duração contratual observará, a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários e, quando aplicável, a previsão no Plano Plurianual, conforme art. 105 da Lei nº 14.133/2021, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

Os preços pactuados poderão ser reajustados pelo Índice Nacional da Construção Civil – INCC acumulado, com data base vinculada à data do orçamento estimado, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, nos termos do artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021. O Município poderá sustar o(s) pagamento(s) de qualquer(qualsquer) parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com o Município na execução deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será exigida garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. A garantia poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro, depositada em favor do CONTRATANTE, mediante DAM a ser emitido pela Secretaria de Finanças/Coordenadoria de Finanças;

II - Caução em títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, acompanhados de laudo de legitimidade e validade emitido por órgão oficial competente;

III - Seguro-garantia, consistindo em contrato firmado entre a CONTRATADA e instituição seguradora, no qual constará como beneficiário o CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA o ônus do prêmio do seguro;

IV - Fiança bancária, tendo como beneficiário direto o CONTRATANTE, devendo o respectivo comprovante ser apresentado em original.

13.3. Prazo de apresentação da garantia:

- a) Seguro-garantia: deverá ser apresentado, no máximo, até a data de assinatura do contrato;
- b) Caução em dinheiro, títulos da dívida pública e fiança bancária: deverão ser prestadas em até



1 (um) mês, após a assinatura do contrato.

13.4. A garantia deverá permanecer vigente durante todo o período de execução e, quando aplicável, até o recebimento definitivo da obra e adimplemento integral das obrigações contratuais. Na hipótese de prorrogação de vigência ou aditivo que impacte prazo/valor, a CONTRATADA deverá, previamente, promover a correspondente prorrogação/adequação da garantia.

13.5. Após o recebimento definitivo e a quitação das obrigações, e mediante solicitação formal da CONTRATADA, a garantia será devolvida/liberada pelo CONTRATANTE no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do despacho autorizativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme abaixo relacionado:

GESTOR DO CONTRATO

- Gustavo Cabral Vieira – Matrícula: 17262-2 - Secretário Municipal de Habitação Trabalho e Renda.

FISCAL DO CONTRATO

- Pietro Valdo Rostagno – Matrícula: 600555 – Engenheiro Civil

Na ausência dos servidores que ocupam os cargos acima, os responsáveis tanto pela gestão quanto pela fiscalização serão os servidores que estiverem atuando em substituição nos referidos cargos.

Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

Compete ao Fiscal de Contrato, acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o



relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os Serviços objeto do presente contrato **deverá** ser executados no prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço/Ordem de Início, condicionada à comprovação de mobilização mínima (preposto, responsável técnico, instalação de canteiro e apresentação das ART/RRT pertinentes), observado o cronograma físico-financeiro aprovado e as condicionantes do Termo de Compromisso nº 993314/2025– Operação 1104223-30.

15.1. A emissão da Ordem de Serviço/Ordem de Início será realizada pela Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Renda, e ficará condicionada à comprovação de mobilização mínima pela CONTRATADA (designação de preposto, responsável técnico, instalação do canteiro e apresentação das ART/RRT pertinentes).

15.2. O início efetivo da execução do objeto deverá ocorrer em até 10 (dez) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço/Ordem de Início.

15.3. O prazo de execução e o cronograma físico-financeiro passarão a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento da Ordem de Serviço/Ordem de Início pela CONTRATADA, devendo ser observadas as etapas e metas previstas no cronograma aprovado e as condicionantes do Termo de Compromisso nº 993314/2025– Operação 1104223-30.



15.4. Garantia dos serviços/obra: a CONTRATADA deverá garantir o objeto executado pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contado do Recebimento Definitivo, sem prejuízo dos prazos legais aplicáveis.

15.5. Para vícios e defeitos que comprometam a solidez e a segurança da edificação, deverá ser observado o prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado do Recebimento Definitivo, nos termos da legislação aplicável e do Termo de Referência.

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei Federal nº.14.133/2021** e alterações posteriores, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA quanto à integridade e à correção da execução do objeto a que se obrigou, suas consequências e implicações perante o CONTRATANTE, terceiros, próximas ou remotas.

A execução do contrato será acompanhada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O servidor designado pelo CONTRATANTE irá exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA, sem prejuízo desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE para representá-lo na execução do contrato.

Ficará a cargo de um servidor designado pela **Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Renda**, a fiscalização e o acompanhamento da execução de todas as fases e etapas do objeto.



Cabe a Secretaria solicitante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências a Assessoria Jurídica de Licitações do Município.

A CONTRATADA deverá garantir o objeto executado pelo prazo mínimo de **12 (doze) meses**, contados a partir do Recebimento Definitivo. Sem prejuízo do prazo acima, para vícios e defeitos que comprometam a solidez e a segurança da edificação, será observado o prazo mínimo de **5 (cinco) anos**, contado do Recebimento Definitivo, nos termos do Termo de Referência e da legislação aplicável

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Alicerçado no artigo 176 da Lei 14.133, de 2021, a divulgação do presente instrumento se dará em diário oficial do Município, na forma prevista no art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

O foro competente será o da Comarca de Itaperuna/RJ, para dirimir qualquer questão relativa ao presente Contrato.

E por estar justo e acordado, foi o presente Contrato lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes Contratantes.

São José de Ubá-RJ, de 2026

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DE UBÁ
p/ Prefeito Gean Marcos Pereira da Silva
CONTRATANTE

CONTRATADA